

SE LIGA

ATENS SINDICATO NACIONAL

AGOSTO, 2021 - 11ª EDIÇÃO



Milhares vão às ruas no 18A contra a PEC 32

No dia 18 de agosto, milhares de brasileiros foram às ruas de todo o Brasil. A Greve Geral do Serviço Público fez parte de uma jornada de mobilizações convocada por centrais sindicais brasileiras contra o projeto da Reforma Administrativa (PEC 32). A programação do dia 18 de agosto contou com manifestações por todo o país durante o dia e, segundo o Fórum das Centrais Sindicais, ocorreram atos em pelo menos 20 estados brasileiros. À noite, às 19:30, o ATENS Sindicato Nacional realizou uma live sobre os impactos da Reforma Administrativa sobre os servidores ativos e aposentados. A live contou com a presença do Assessor, consultor de Entidades Sindicais e ex-diretor do DIEESE/DF e DIAP, Vladimir Nepomuceno, da Assessora Jurídica do ATENS Sindicato Nacional, Andreia Munemassa, e da Diretora de Articulação Nacional do ATENS Sindicato Nacional, Rosário Oliveira.

A live foi disponibilizada em nosso canal do YouTube, clique aqui para assistir:

<https://www.youtube.com/atenssindiconacional/live>.



7 DE SETEMBRO NAS RUAS



O próximo grande ato nacional da Campanha #ForaBolsonaro está confirmado para o próximo dia 7 de setembro. Na data emblemática de Comemoração da Independência do Brasil, serão realizados atos democráticos em várias cidades do país. O '7S' é a quinta grande manifestação deste ano contra o governo de Jair Bolsonaro, desta vez conjuntamente com o Grito dos Excluídos, um protesto histórico dos movimentos populares nesta data.

Acompanhe as redes sociais e o site do ATENS SN para ficar por dentro de todas as atualizações.

Manifesto contra a PEC 32 é entregue ao presidente da Câmara dos Deputados

Centrais sindicais e entidades do serviço público, ao lado da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, entregaram, no dia 04 de agosto, nas mãos do presidente da Câmara, Arthur Lira, o manifesto aprovado no Encontro Nacional das entidades do Serviço Público contra a reforma administrativa de Bolsonaro (PEC 32).

O documento foi elaborado durante o Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, nos dias 29 e 30 de julho. Na reunião ocorrida no dia 05, ao ser questionado sobre os prejuízos da reforma ao povo brasileiro, Arthur Lira afirmou mais uma vez que os atuais servidores não serão prejudicados e que o conteúdo da proposta não será igual ao que chegou à Casa.

Confira o vídeo da entrega do manifesto:

https://www.instagram.com/tv/CSKySviFi6L/?utm_source=ig_web_copy_link



Crédito: Helio Martins

Juridiquês **SE LIGA**

STF é favorável à averbação de tempo de serviço especial para servidor

O Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor da possibilidade de aplicação das regras do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o servidor público averbar o tempo de serviço prestado em atividades exercidas sob condições especiais, que possam oferecer risco à saúde ou à integridade física de servidor público (INSALUBRIDADE). A medida resulta na conversão do tempo especial em comum, mediante contagem diferenciada, com acréscimo de 40% do tempo para homens e 20% para mulheres, referido como fator 1,2 (mulheres) e 1,4 (homens).

Em resumo, o STF concedeu aos servidores um cálculo a ser aplicado no tempo averbado anterior à edição da Emenda Constitucional 103/2019, ou seja, até a Reforma da Previdência, desde que durante esse período o servidor tenha laborado em atividade especial.

Ao aplicar o fator de conversão 1,2 e o 1,4 aumenta-se o tempo de serviço do servidor, acarretando assim, em alguns casos, a possibilidade de concessão de aposentadoria em período anterior ao previsto e, também, o direito antecipado ao recebimento do abono de permanência. Até agora, a contagem desse tempo não era reconhecida para os servidores públicos, por ausência de regulamentação da conversão.

Se você se enquadra nessa situação ou tem alguma dúvida, entre em contato com o jurídico do ATENS SN pelo e-mail: juridico@atens-sn.org.br

Reta final da Reforma Administrativa - Hora da pressão máxima!

A Proposta de Emenda Constitucional 32/2020, que trata sobre a Reforma Administrativa, caminha agora para a sua reta final. Depois de alguns atrasos, o deputado Arthur Oliveira Maia (DEM/BA), relator da Proposta na Comissão Especial, protocolou seu relatório na Câmara dos Deputados no dia 31 de agosto. A leitura do texto na Comissão Especial ocorreu no dia seguinte, 1º de setembro, e a previsão de votação na Comissão Especial é entre os dias 14 e 15 de setembro, segundo o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

No novo texto, Arthur Maia retirou algumas distorções do projeto original de Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, como o vínculo por tempo indeterminado e preservou o Regime Jurídico Unico. Mas a PEC 32 manteve o seu caráter draconiano, desconfigurando completamente a prestação de serviços ao cidadão.

No caso da estabilidade, apesar de "mantida" no texto, ela será relativizada com a inclusão de novos elementos na análise de desempenho, que será feita por aplicativo, com participação obrigatória do "usuário". O que significa que o discurso de garantia da estabilidade é para tentar diminuir resistências, mas não altera a essência do proposto na PEC.

O texto retira o vínculo de experiência, mas cria 6 avaliações de desempenho durante os 3 anos do estágio probatório, a que o servidor seria submetido à vontade do gestor. Outra forma de contratação incluída, trata-se de "vínculo por tempo determinado", que regulamenta e amplia o trabalho temporário no serviço público por até 10 anos, sem qualquer garantia. Maia também não deixou de manter, sem alterações, o artigo artigo 37-A, aquele que mais interessa o empresário brasileiro, e que abre espaço para a privatização do Serviço Público.

Nesse momento, a nossa luta é para derrotar completamente a PEC 32! Não podemos relaxar enquanto o desmonte dos serviços públicos acontece na nossa frente. Precisamos seguir pressionando parlamentares, participando de ações conjuntas, virtuais ou em manifestações de rua. Já conseguimos reverter alguns votos e a vitória ainda é possível se continuarmos engajando a sociedade civil. Onde há luta, há esperança! Vamos em frente!

Quem são os deputados e senadores favoráveis e contrários à PEC 32

A plataforma "Que Estado Queremos?" é um espaço de sistematização de conteúdos relevantes, confiáveis e qualificados, que vem para ampliar o debate sobre questões que afetam a vida do Brasil, e, neste momento, a Reforma Administrativa. Além de conter um monitoramento diário da Proposta, ela reúne todos os nomes dos parlamentares favoráveis, contrários e indecisos à proposta de Reforma Administrativa, também é possível enviar mensagens aos parlamentares, por e-mail e pelas redes sociais.

Confira e se junte à luta contra a PEC do desmonte:

queestadoqueremos.org/mobilize-se/
Participe! Divulgue!



PEC 32 NÃO

#ZapDoATENS

Receba em primeira mão as notícias do ATENS Sindicato Nacional no seu Whatsapp! Basta salvar o número (31)9 9856-3436 e enviar uma mensagem informando o seu nome e sua Seção Sindical. Não se preocupe, o envio de informações será por meio da "lista de transmissão". Isso significa que nenhuma outra pessoa, fora a Assessoria de Comunicação do Sindicato, terá acesso ao seu contato. Recebeu alguma informação e achou relevante, compartilhe! Recebeu e tem algo para pontuar ou comentar? Manda pra gente!



#ZapDaFrente

Gostaria de receber informações a respeito da Reforma Administrativa? Basta adicionar o número (61) 99999-3073, enviar um "olá" e participar da lista de transmissão da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público. Junte-se à luta! Participe!

ATENS

Atendimento - Diretoria Nacional
Secretaria
Tel: (31) 3879-3498
Celular: (31) 97101-5392

Assessoria Jurídica do ATENS SN
Escritório Munemassa
E-mail: juridico@atens-sn.org.br